

81  
**Q**uem se começa do  
luzo q' se chama. certo do

**M**

Alhoim. ar Louro  
donago de Jhu e  
flor muy  
e fruyto muy  
ce detoda  
mas deira  
Jubeentra

luges maria. papa singular  
estremada da celestual delecta  
com. e detoda aude da cidade  
desheiyalem q' he ena gloria  
doprayo. **S**u muy pado  
e no digno de todo bem. e p'uy  
este luyo. pa pueyto e spual  
delectad de todos los p'uyezes  
fices de Jhu e. Especialmete  
pa p'uz e a p'elacom da alma  
de ty multa p'maa e copulhet  
pa da casa diuinal e huma  
nal. q' me pagate muytas ue  
zes. q' te faeze e lingua gem  
huu luyo das feitas antigoy  
e das facanhas das nobreaba  
poces. e das coupas maratu  
lhoys do mundo. e das ypie  
Judeo das animalias. per  
lecezo e tomayes e p'ado e p'lay  
e nos dias e q' te conuen e q' e  
dos tribu e q' te conuen e q' e  
tal e p' q' e q' e q' e q' e q' e  
tu

oppu po. nem pode fazer or a  
ppu totto. e a como q' q' ali  
uyos das p'iceras pezes. alome  
eum oentendimento: po uonm  
accedem auocantade pa oamoz  
de fa. mas re. In do m'ido.  
as p'ad p'p'lyas e p'ynamoe  
e uindimto da m'ete e da alma  
e p'lyas e p'lyas e p'lyas  
ano do p'hoi de. **C**ade diz pa  
e p'lyas e p'lyas e p'lyas  
**E** p'lyas diz oppha luytu. Qu  
ue tu p'ly os madados da m'ida.  
e e tendes co as orelhas. por

# Da Letra ao Imaginário



HOMENAGEM  
À PROFESSORA  
IRENE FREIRE NUNES

Agradecemos

à Biblioteca Nacional de Portugal a autorização para utilizar a imagem do manuscrito utilizado (cota ALC.212),

a Ricardo Marques pela cedência das fotografias.

# Da Letra ao Imaginário

Homenagem à Professora Irene Freire Nunes

Helder Godinho (dir.)

Margarida Alpalhão, Carlos Carreto, Isabel Barros Dias (org.)



**DA LETRA AO IMAGINÁRIO**  
**HOMENAGEM À PROFESSORA IRENE FREIRE NUNES**

**COORDENAÇÃO**

Helder Godinho (dir.)  
Margarida Alpalhão  
Carlos Carreto  
Isabel Barros Dias

**EDIÇÃO**

CEIL – Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário  
FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais  
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

**CAPA**

Composição de Inês Mateus sobre  
BNP ms. ALC. 212 e Fotografias de Ricardo Marques

**DESIGN GRÁFICO**

Inês Mateus

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Gráfica Simões & Gaspar, Lda.

**ISBN** 978-989-98628-0-7

**DEPÓSITO LEGAL** 368720/13

# Índice

## **Prefácio**

Da Letra ao Imaginário: uma homenagem .....	9
---	---

## **CONFERÊNCIAS**

### **A Ficção, o Imaginário e a Realidade — algumas considerações**

<i>Helder Godinho</i> .....	13
-----------------------------	----

### **Astros de Fogo, Serpentes e Dragões nos Céus da Hispânia**

<i>José Carlos Ribeiro Miranda</i> .....	21
--	----

### **Au pied de la lettre: les pieds de l'incube. Sur une leçon du Merlin de Robert de Boron (manuscrit de Bonn)**

<i>Philippe Walter</i> .....	39
------------------------------	----

## **COMUNICAÇÕES**

Imaginários Fundadores

### **Prólogos de isopetes – das coleções medievais de fábulas em francês ao Livro de Exopo**

<i>Ana Paiva Morais</i> .....	55
-------------------------------	----

### **Imaginários *in-significantes*. A estranha avareza de Isolda no *Tristan* de Bérout**

<i>Carlos F. Clamote Carreto</i> .....	69
--	----

### **Mulheres Medievais: Histórias de Proveito e Exemplo**

<i>Graça Videira Lopes</i> .....	87
----------------------------------	----

### **Lettre, écriture, écrivain dans l'imaginaire des Prologues de la littérature roumaine ancienne**

<i>Laura Lazăr Zăvăleanu</i> .....	99
------------------------------------	----

### **The Alphabetic Order and the Order of the Cosmos in Antiquity**

<i>Laurence de Looze</i> .....	113
--------------------------------	-----

### **De l'histoire au mythe: Guillaume de Machaut et Jean de Luxembourg**

<i>Margarida Madureira</i> .....	129
----------------------------------	-----

### **G como Genebra — a feiticeira Genebra Pereira do teatro vicentino**

<i>Maria José Palla</i> .....	139
-------------------------------	-----

<b>Nota de rodapé para o estudo do Amadis de Gaula de Gil Vicente</b>	
<i>Nuno Júdice</i> .....	143
<b>“Preocupa-te Contigo Próprio” (Abū ‘ Ymrān Mūsā) / “Preocupa-te com Deus” (Abū Ŷa’far Al-’ Uryanī): O Caminho da Perfeição na Via Iniciática da Mística Sufi</b>	
<i>Natália Maria Lopes Nunes</i> .....	149
<b>O Início de uma Lenda: A Relação Quinhentista de «Os Doze de Inglaterra»</b>	
<i>Rogério Miguel Puga</i> .....	159
<b>A Simbólica do Graal: Notas e reflexões</b>	
<i>Yvette Kace Centeno</i> .....	171
<b>Quando a nossa vida vira paisagem</b>	
<i>Teresa Rita Lopes</i> .....	183
AUTORES, FICÇÕES E IMAGINÁRIOS	
<b>L’imaginaire des espaces clos chez Anne Hébert</b>	
<i>Anca Măgurean</i> .....	189
<b>Le retour d’Assia Djebar à travers la mémoire et l’imaginaire</b>	
<i>Briana Belciug</i> .....	197
<b>O Poder Pictórico da Arte Verbal de José Saramago e de Vergílio Ferreira</b>	
<i>Célia Maria Costa Pinto</i> .....	203
<b>Palimpsestos edipianos n’A Loja das Duas Esquinas (2009), de Fernando Campos</b>	
<i>Cristina Costa Vieira</i> .....	217
<b>A cidade em ruínas: representações dum cenário literário em H. P. Lovecraft e Julien Gracq</b>	
<i>Dora Nunes Gago</i> .....	235
<b>La Construction de l’Imaginaire dans la Métafiction</b>	
<i>Elena Ciocoiu</i> .....	243
<b>Cinco Imagens do Texto</b>	
<i>Fernando Cabral Martins</i> .....	257
<b>Realité de l’Imaginaire: Solution pour le «mystère de l’existence»?</b>	
<b>F. Pessoa et H. Hesse</b>	
<i>Fernando Ribeiro</i> .....	265
<b>Morte na Pérsia — Hesitação e Fragilidade no Vale de Lar</b>	
<i>Gilda Nunes Barata</i> .....	279

<b>A Sacralização da Palavra: Da «Alquimia do Verbo» de Rimbaud à Nomeação essencial de Sophia de Mello Breyner Andresen</b>	
<i>Helena Malheiro</i> .....	287
<b>Construir o Ideal — Idealizar o Realismo: um manuscrito de Eça de Queirós</b>	
<i>Irene Fialho</i> .....	297
<b>Cartas entre amigos: abrigos cúmplices de caligrafias entrelaçadas</b>	
<i>Isabel Roboredo Seara</i> .....	311
<b>Da terra ao texto: o labor de Horácio Bento de Gouveia</b>	
<i>Marco Livramento</i> .....	329
<b>A ordem figural do quotidiano</b>	
<i>Maria Carolina Fenati</i> .....	343
<b>Les Chansons de Bilitis ou o «sexo-de-ler» de Maria Gabriela Llansol</b>	
<i>Paula Mendes Coelho</i> .....	353
<b>O facto e a ficção na memória histórica. Sobre a obra de Imre Kertész.</b>	
<i>Piroska Felkai</i> .....	367
<b>Des littéralités pour sourire des imaginations</b>	
<i>Serge Bismuth</i> .....	375
<b>Au bal avec Marcel Proust — l’imaginaire et la mémoire, un jeu épistolaire</b>	
<i>Simona-Veronica Ferent</i> .....	389
<b>A Poética do Imaginário em Grande Sertão: Veredas</b>	
<i>Sueli Teresinha de Abreu-Bernardes</i> .....	403
<b>Irène, chère reine de mon coeur</b>	
<i>Ricardo Marques</i> .....	417
EDIÇÕES, RELEITURAS E REESCRITAS	
<b>Merlin ou o legado do conhecimento</b>	
<i>Ana Margarida Chora</i> .....	425
<b>O «Diálogo Segundo» de Francisco de Moraes, ou como vencer um debate com armas alheias. Contributo para uma nova proposta de datação.</b>	
<i>Ana Sofia Laranjinha</i> .....	439
<b>O «Diálogo Terceiro» de Francisco de Moraes: paródia de costumes e censura</b>	
<i>Isabel de Barros Dias</i> .....	453
<b>A Mulher na Crónica dos Frades Menores: Anjo ou Demónio?</b>	
<i>Lina Maria Marques Soares</i> .....	465

<b>Em torno da censura da obra de Francisco de Moraes: a propósito do seu «Dialogo Primeiro»</b>	
<i>Margarida Santos Alpalhão</i> .....	475
<b><i>Ropicañefma</i> revisitada nos alvares do século XXI: questões editoriais</b>	
<i>Teresa Gonçalves de Castro e Natália Albino Pires</i> .....	491

## O «Diálogo Segundo» de Francisco de Moraes, ou como vencer um debate com armas alheias. Contributo para uma nova proposta de datação.

Ana Sofia Laranjinha

Universidade do Porto | SMELPS (IF/FCT), CEIL, FCSH-UNL

Como todos sabemos, não foram os *Diálogos*, mas um romance de cavalaria, a obra que imortalizou Francisco de Moraes. No *Palmeirim de Inglaterra*, Moraes cantava os feitos de cavaleiros que lutavam, pensavam e amavam, em larga medida, como os heróis do romance cortês do séc. XIII<sup>1</sup>. Como no romance arturiano, a acção desenvolvia-se num passado anacrónico e remoto, numa espécie de Idade do Ouro em que nenhum outro grupo social punha em causa as prerrogativas da nobreza e em que a ética cavaleiresca justificava o estatuto ímpar de que gozavam aqueles que faziam das armas o seu modo de vida. Como no romance arturiano, ainda, a representação idealizada da sociedade reduzia a figurantes ou a seres monstruosos as personagens exteriores à nobreza e esbatia as diferenças de interesses e condição no seio desta ordem social, pondo no mesmo plano filhos de reis e cavaleiros de linhagem desconhecida, que se afirmavam todos como cavaleiros errantes e se distinguiam fundamentalmente pela excelência dos seus feitos e a elevação dos seus princípios<sup>2</sup>. O romance de

---

<sup>1</sup> Embora haja, neste romance, referências indirectas a acontecimentos contemporâneos do autor e mesmo a episódios por ele vividos (cfr. Alpalhão, M., *O amor nos livros de cavalarias o Palmeirim de Inglaterra de Francisco de Moraes. Edição e estudo. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Línguas e Literaturas Românicas especialidade de Literaturas Românicas Comparadas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 68 (n.2). Isabel Almeida sublinha a «sagaz ironia» de Moraes na construção da personagem do sedutor Floriano, em quem o autor «poderá ter deliberadamente projectado [...] traços autobiográficos». («Palmeirim de Inglaterra» in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1999 (imp.).

cavalaria irmanava assim, num estatuto igualmente elevado, todos os que se dedicavam ao mester das armas.

Nos *Diálogos*, Moraes põe em cena personagens-tipo que representam grupos sociais bem definidos e realisticamente representados, com os traços e aspirações que os caracterizavam no tempo da escrita. Contrariamente ao romance de cavalaria, os *Diálogos* põem em destaque a diversidade da sociedade contemporânea e os antagonismos entre estratos sociais, contrapondo um escudeiro e um fidalgo, um doutor e um cavaleiro e finalmente, uma regateira e um moço de estrebaria, num estilo que, como refere na dedicatória o seu primeiro editor, Manoel Carvalho, é «jocosso, e ordinario»<sup>3</sup> em oposição ao registo elevado do *Palmeirim*.

O *Diálogo Segundo* — aquele em que contracenam o Doutor e o Cavaleiro — é o que me interessa aqui explorar. Neste trabalho, não estarão em causa as diferenças entre as duas versões manuscritas<sup>4</sup> e as versões impressas<sup>5</sup> que nos transmitiram este texto, problema de que me ocuparei em trabalho futuro, nem eventuais cortes censórios, que me parecem menos dignos de nota do que nos restantes diálogos de Moraes. Deixando, assim, para outra sede a colação de testemunhos, concentrar-me-ei no texto e na sua relação com o contexto,

---

<sup>2</sup> Este apagamento das diferenças entre grupos no seio da nobreza, que conduz à sublimação das tensões latentes, foi já detectado por Erich Köhler na lírica dos *troubadours* (cfr. «Observations historiques et sociologiques et sur la poésie des troubadours», *Cahiers de civilisation médiévale*, 7, 1964, p. 27-51, disponível em [http://www.freidok.uni-freiburg.de/volltexte/4197/pdf/Koehler\\_Observations\\_sur\\_la\\_poesie\\_des\\_troubadours.pdf](http://www.freidok.uni-freiburg.de/volltexte/4197/pdf/Koehler_Observations_sur_la_poesie_des_troubadours.pdf). Consultado em 23-07-2011) e no romance arturiano (cfr. *L'aventure chevaleresque*, Paris, Gallimard, 1974.)

<sup>3</sup> Moraes, Francisco de, *Dialogos de Francisco de Moraes, autor de Palmeirim de Inglaterra. Com hum desengano de Amor, sobre certos amores, que o Autor teve em França com hũa dama Francesa da Raynha Dona Leanor*. Oferecidos a Gaspar de Faria Severim Executor môr do Reyno, &c. Evora: Manuel de Carvalho & à sua custa, 1624, fl. 3. Disponível em <http://purl.pt/14873/1/index.html>. Consultado em 6-06-2011.

<sup>4</sup> Trata-se de duas versões inéditas do séc. XVII, provavelmente anteriores, e de qualquer forma independentes da versão impressa, como se mostrará em estudo a publicar em breve com Isabel Barros Dias e Margarida Alpalhão. A que aparenta ser mais antiga ocupa os fólios 1 a 4 de uma miscelânea mandada copiar por Gil Nunes de Leão (BNP, COD. 3563); a outra consta no manuscrito BNP, PBA 147, fls. 298 a 300. Neste trabalho, citaremos o texto a partir de PBA, que parece mais fiel ao original. Serão acrescentadas alterações mínimas de pontuação, apenas quando se afigurar necessário para uma melhor compreensão do texto.

<sup>5</sup> Todas as versões impressas de que tenho conhecimento dependem da edição de 1624, tendo apenas operado regularizações e actualizações mais ou menos profundas.

privilegiando a dimensão referencial deste debate que reatualiza a tradicional disputa entre as armas e as letras.

Os argumentos avançados por cada uma das partes sugerem que o Doutor defende o ponto de vista dos que administram a justiça independentemente da sua posição na hierarquia, dos altos funcionários da corte aos que zelam pela aplicação das leis em todos os lugares do reino, enquanto o Cavaleiro se bate pela honra da nobreza no seu conjunto, que o Doutor ataca quando se refere à «Fidalgui[a] ociosa exercitada em vaidades<sup>6</sup>» ou aos «*que* por armas vão conquistar o alheo<sup>7</sup>», em oposição àqueles que «por sua discricção e letras sustentão o Reyno em tranquilidade e páz, e ministrão Justiça igualmente<sup>8</sup>». O cavaleiro, por seu lado, defende os que «por deffensa da Pátria e serviço do seu Principe, offerecem as vidas á morte<sup>9</sup>»: tal como no romance de cavalaria, é ainda o mester das armas que define a nobreza em oposição aos letrados.

No entanto, desde o início do *Diálogo*, o Doutor está sem dúvida em posição de superioridade, tanto no que podemos inferir da hierarquia social em que se inserem as duas personagens, como no que diz respeito ao campo em que se enfrentam. É o Cavaleiro que vem procurar o Doutor e, desculpando-se com a falta de tempo, este está disponível apenas para o ouvir de pé. O próprio Cavaleiro reconhece, a princípio, que o adversário se encontra mais à vontade no duelo intelectual («Bem aviado estaria quem com palavras esperasse vencer vos<sup>10</sup>») e durante o debate, o homem de letras mostra-se convicto do seu maior domínio da palavra, mas surpreende-se perante a cerrada argumentação do Cavaleiro:

Vejo vos tão ufano de cuidar *que* fallais bem *que* isso me fás soltar as redeas á pratica *que* eu não quizera per não injuriar as letras; *que* não podem ellas receber mais detrimento *que* dar vos azo a cuidar *que* disputais<sup>11</sup>.

Só depois de constatar a excelência do adversário, o Doutor joga o seu maior trunfo — as referências a autores e gerais da Antiguidade —, ao que o Cavaleiro responde, usando uma vez mais a metáfora guerreira: «estas são as armas

---

<sup>6</sup> Fl. 298.

<sup>7</sup> Fl. 298v.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> Fl. 299.

cõ *que* sempre pellejastes, e por isso não hé *muito* que vençais quem se dellas não aproveita<sup>12</sup>». Cada vez mais, porém, o Doutor vai reconhecendo a habilidade argumentativa do Cavaleiro:

Se quando aqui entrastes vos tratei com menos cortezia do *que* essa oratoria merece, perdoai me, *que* não cuidei *que* ereis mais *que* fidalgo ou cavaleiro<sup>13</sup>.

E o Cavaleiro mostra que se sente à vontade mesmo no terreno do adversário — o das referências greco-latinas —, mencionando numa só tirada Camilo, Marcelo, César, Alexandre e Filipe, Judas Macabeu, Homero, Plutarco, Tito Lívio e Túlio. Ainda assim, não é com estes argumentos que ele derruba definitivamente o Doutor. As duas passagens mais notáveis do *Diálogo Segundo* são aquelas em que o Cavaleiro, com verve naturalista, descreve os horrores da guerra, sublinhando o sofrimento e o medo dos que a experimentaram:

Mas faço vos hũa aposta, se vos virdes em hum campo razo cercado de mil mouros, que vistais as couraças ás avessas e *que* não saibais de *que* metal são as laminas e *que* vos não tire Baldo as borbeletas de ante os olhos. Ah *Senhor* Doutor, que nunca vos vistes com cem bombardas grossas assestadas nesses peitos e as faces amarellas como cera, a chamar pella Virgem Maria e não achar quem vos accuda e ter a Salvação no fugir, desemparar vos a vista de todo, ouvir gritar *que* racha os Ceos e achais os pés peados e travados. Quão longe de vós então lembrar Codigo, Digesto nem outros, escusados na páz *pera* fazer guerra a *muitos* *que* a não merecem<sup>14</sup>.

Como teremos ocasião de verificar em breve, o referente é bem explícito: a guerra contra os Muçulmanos, no Norte de África. A referência às cem bombardas é hiperbólica mas actual, e o que está em evidência é o medo, o puro medo nas suas manifestações físicas e na sua presença obnubiladora. Ainda assim, convém notar que, muito subtilmente, o Cavaleiro pretende, com esta evocação da guerra, não apenas representar os seus perigos e o sofrimento atroz pelo qual passam todos os que dela se ocupam, mas também diminuir o letrado, explicitando a sua condição vilã: o leitor deduz que ele haveria de combater a pé, dada a

---

<sup>12</sup> *Ibidem.*

<sup>13</sup> *Ibidem.*

<sup>14</sup> *Ibidem.*

referência aos «pés peados e traçados», que o deixariam imobilizado em pleno campo de batalha. É verdade que pelo menos desde 1549, data da *Ordenaçam sobre hos cavalos e armas*<sup>15</sup>, e provavelmente mais cedo, aqueles que pudessem comprar um cavalo não necessitavam de combater apeados, mas o público de Moraes estaria certamente preparado para compreender o alcance simbólico desta referência, que uma longa tradição sugeria. Acrescente-se que ao mencionar Baldo, autoridade habitual nos discursos jurídicos da época e, sobretudo, nas representações caricaturais dos homens de leis, Moraes está obviamente a ridicularizar o Doutor, sugerindo que a erudição em matéria jurídica de nada lhe valeria no campo de batalha.

Na segunda passagem evocativa dos horrores da guerra, já não é o terror dos peões que se descreve, mas o dos próprios cavaleiros perante o inimigo muçulmano:

Guarde vos Deos de ver capilhar no Campo, bandeiras despregadas, touca  *muito* foteada, azaguaia comprida, com fains mais agudos e reluzentes que espelhos, e o perro que a brande junta lhe o conto cõ a ponta, apegais vos às comas, ourinais pela cella [...]<sup>16</sup>.

O adversário, embora apelidado de «perro», é descrito em termos heróicos, com as suas armas reluzentes. Do cavaleiro cristão, nem um só feito é descrito; apenas, uma vez mais, se referem as consequências físicas do terror, que são, aliás, particularmente cruas: «apegais vos às comas, ourinais pela cella». Ora, esta representação tão pouco heróica da guerra tem um objectivo: sublinhar o sofrimento que inflige àqueles que a ela se dedicam e que contrasta com a vida confortável dos que se conservam na retaguarda. Na verdade, é este o argumento fundamental de Moraes na sua defesa do ponto de vista do Cavaleiro. Apesar da afirmação com que fecha o diálogo («e com isto beijo as mãos a *Vossa Mercê* sem esperar mais talho, *que* bem sei que por razões ei sempre de ir debaxo<sup>17</sup>») é ele, sem dúvida, o vencedor do debate. As referências eruditas servem para mostrar que o Doutor não é superior ao Cavaleiro, nem sequer no campo do saber, mas o que torna profundamente injusta a situação de superioridade de que goza, e que aliás justifica o beija-mão do Doutor pelo Cavaleiro no início e no fim do debate,

---

<sup>15</sup> [Lisboa]: impressas aa custa de Luis Rodriguez, [depois de 7 de Agosto de 1549]. Disponível em: <http://purl.pt/15194>. Consultado em 2 de Setembro de 2011.

<sup>16</sup> Fl. 300.

é o facto de não se reconhecer verdadeiramente o sacrifício daqueles que trazem os corpos «assinados das armas de seus imigos e as mãos calejadas de pelejar<sup>18</sup>», daqueles que, ao regressarem ao reino, esperam durante anos pelo reconhecimento dos seus feitos: entram «em requerimento e primeiro [vêem] o fim á vida que ao despacho<sup>19</sup>».

Francisco de Moraes ergue a voz contra uma situação que penalizava fortemente a nobreza, mormente aqueles que, como o Cavaleiro, não tinham rendimentos avultados e dependiam da generosidade do rei. Com a burocratização do governo, que se vinha acentuando fortemente desde o final do séc. XV, a classe dos letrados atingira uma preeminência nunca vista até então. Como afirma Diogo Ramada Curto:

Qualquer que seja o ponto de ruptura — D. João II ou D. Manuel — o que mais importa é constatar nos discursos da época a consciência de uma importância crescente dos letrados [na corte]. [...] Portadores de uma competência adaptada ao serviço do rei, os letrados são distinguidos também pelos sinais exteriores de riqueza<sup>20</sup>.

Não é propriamente a esses sinais de riqueza que se refere Moraes na mais pitoresca das intervenções do Cavaleiro, mas a uma vida sedentária, confortável e muito pouco glamorosa. Vejamos:

Estudais na pousada, metido em berneo e pellica de carnás *pera* dentro, [fugareiro antre as pernas, cõ prego lançado nele para *que* gaste a humidade dele, digo do carvão, não gere a dor de cabeça, carapuça de orelhas com botão de baixo da barba e tr ta arratês de carapuças linho

---

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> Fl. 298v.

<sup>19</sup> Fl. 300. Como afirma Diogo Ramada Curto, cavaleiros eram, por um lado, «os que serviram com cavalo e armas nos lugares de África, por outro, os que fizeram o mesmo na Índia. Em qualquer dos casos, compete-lhes apresentar certidão de como serviram, assinadas pelos capitães das praças, vice-rei ou governador das ditas partes e, ainda, um instrumento público da sua ascendência, passado pelo corregedor da comarca onde viverem. A necessidade de requerer a confirmação régia, por via do Desembargo do Paço, dos privilégios não só dos cavaleiros como dos fidalgos não era um dado pacífico, pois já em cortes sofrera contestação. (Curto, D. R., «A Cultura Política» in *História de Portugal*, dir. J. Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, III, p. 120).

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 130.

por dentro]<sup>21</sup> e temeis vos do sereno e sobre tudo rapais as unhas [...]]<sup>22</sup>.

Estas preocupações de velho hipocondríaco que teme as correntes de ar e as dores de cabeça ridicularizam o Doutor; a referência à ocupação de rapar as unhas é talvez uma sugestão de que ele teria pouco mais que fazer, ou que passaria o tempo em actividades pouco masculinas.

Como vimos, a abordagem inicial da oposição Cavaleiro / Doutor, em que cada um parecia defender uma categoria social relativamente vasta, acabou por recuar face à contraposição de dois grupos bem mais restritos: a baixa nobreza dependente dos favores do rei, ou antes, os cavaleiros que esperam durante anos a nobilitação ou a sua confirmação, por um lado, e os letrados mais próximos do poder, que, embora de origem frequentemente obscura, têm o privilégio de pertencer à complexa máquina de justiça que apoia o poder central, acabando por ser sepultados «em Aluallade com mais ameaças que os officiaes da Casa da India<sup>23</sup>». Para lutar contra este estado de coisas que, manifestamente, considera injusto, Moraes não recorre ao tradicional argumento da superioridade de sangue dos nobres, mas insiste na abnegação e no sacrifício dos que pertencem às franjas inferiores da nobreza, a que ele próprio pertence<sup>24</sup>.

Ora, a actualidade deste texto polémico não está patente apenas no tratamento de questões sociais. As alusões objectivas a acontecimentos recentes são frequentes no *Diálogo Segundo* e permitem-me avançar algumas hipóteses para a sua datação.

A acreditar na informação, fornecida na dedicatória de 1624, de que os *Diálogos* teriam sido compostos depois do *Palmeirim de Inglaterra*<sup>25</sup>, teríamos à partida, como *terminus a quo*, 1543-44, data a que remontará a primeira edição

---

<sup>21</sup> A passagem entre parênteses rectos encontra-se apenas no códice 3563 (fl.4), estando ausente no manuscrito pombalino e na edição de 1624, assim como nas restantes versões impressas, que dependem daquela. É possível que se trate de um erro de cópia causado por um salto do mesmo ao mesmo (dentro / dentro), já que o teor desta passagem não parece justificar nenhum tipo censura.

<sup>22</sup> Fl.4

<sup>23</sup> Fl.300.

<sup>24</sup> Sobre a lenta ascensão social de Francisco de Moraes, veja-se Alpalhão, *Op. cit.*, p. 39-45.

<sup>25</sup> «Depois que Francisco de Moraes côpos o excellente volume do seu *Palmeirim de Inglaterra* [...] escreveu algũas obras em *Dialogo* [...]». (*Dialogos de Francisco de Moraes, cit.*, fl. 3).

do romance<sup>26</sup>, e como *terminus ad quem* a data de 1572, ano provável da morte, em Évora, de Moraes<sup>27</sup>. Por outro lado, sabe-se, pelo autor anónimo dos *Dittos Portuguezes Dignos de Memoria*, que Moraes terá acompanhado o Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, quando este foi a Ceuta visitar o seu irmão D. Pedro de Meneses. Dado que este último foi capitão de Ceuta entre 1550 e 1553, datará portanto deste período a viagem referida<sup>28</sup>. Ora, algumas passagens evocativas da guerra que, nessa época, os portugueses travavam contra os Muçulmanos no Norte de África parecem revelar um conhecimento directo daquela realidade, o que remeteria a composição do *Diálogo Segundo* para data posterior a 1553, a menos que Moraes tivesse visitado aquela região numa viagem anterior. O confronto com o texto, porém, provoca mais dúvidas que certezas relativamente a esta periodização.

Afirma o Cavaleiro que «[os] Africanos [...] gastão seus patrimonios em accudir a qualquer afronta [...]»<sup>29</sup>. Os Africanos cuja sorte o cavaleiro lamenta são naturalmente os portugueses estabelecidos nas praças marroquinas, entre os quais se destacavam «fidalgos ou gente nobilitada<sup>30</sup>» que, a partir de 1515, com o desastre de Mamora, e sobretudo depois de 1524, com a conquista de Marraquexe pelos xarifes sáidas, se vêem numa situação particularmente difícil, forçados a lutar contra tropas aguerridas, acérrimas defensoras do Islão. A violência do senhor sáida, inflexível no seu ódio aos Infiéis, incapaz de qualquer negociação, dita o comentário jocoso do Cavaleiro: «digo *Senhor* Doutor que nunca vistes o Rosto ao Xarife que se lho virdes meter vos eis num çapato<sup>31</sup>».

---

<sup>26</sup> Cfr. Alpalhão, *Op. cit.*, p. 102ss.

<sup>27</sup> Como afirma Margarida Alpalhão, é João Franco Barreto o primeiro autor conhecido a referir esta data, no seu terceiro volume da *Biblioteca Lusitana*. Veja-se a informada revisão deste problema em Alpalhão, *Op. cit.*, p. 43ss. Para Maria Teresa Nascimento, os *Diálogos* de Moraes remontariam a 1572 (cfr. «Modelos clássicos no diálogo quinhentista português» in *Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Évora, 9-10 de Maio de 2001*, Évora, Universidade de Évora, 2001, vol. II. Disponível em: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/Volumell/ MODELOS%20CLASSICOS%20NO%20DIALOGO%20QUINHENTISTA%20PORTUGUES.pdf>. Consultado em: 27-09-2011.

<sup>28</sup> Cfr. Alpalhão, *Op. cit.*, p. 42ss.

<sup>29</sup> Fl. 298v.

<sup>30</sup> Farinha, A. D., «Características da presença portuguesa em Marrocos» in *Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, I, p. 120.

<sup>31</sup> Fl. 300.

Bem diferente era a relação dos portugueses com outros chefes muçulmanos, especialmente os que pertenciam às tribos do Norte de Marrocos. Nos *Anais de Arzila*, Bernardo Rodrigues relata as frequentes investidas do alcaide Mulei Abraham, poderoso aliado e cunhado do rei de Fez, contra as praças portuguesas de Arzila e Tânger<sup>32</sup>, mas vai dando conta, também, dos acordos que ele firma com os capitães portugueses<sup>33</sup>, ao sabor das pequenas vitórias ou derrotas nesta guerra de desgaste em que a motivação era certamente mais económica<sup>34</sup> do que ideológica ou religiosa, e elogia a misericórdia e liberalidade do chefe muçulmano para com os prisioneiros em seu poder<sup>35</sup>. É esta relação complexa, em que os momentos de confraternização implicariam provavelmente algumas cedências materiais da parte temporariamente mais enfraquecida, que inspira a seguinte fala do Cavaleiro:

[...] [os] Africanos [...] gastão seus patrimonios em acudir a qualquer afronta e se o assi não fizessem já o Mulei Abrahé viera jantar com elles mais de dous pares de veses<sup>36</sup>.

Ora, em Outubro de 1539 o Mulei Abraham estava morto<sup>37</sup>, o que remeteria o *Diálogo Segundo* para data anterior.

Outra referência digna de nota é aquela que o Cavaleiro faz a uma memorá-

---

<sup>32</sup> Cfr. Rodrigues, B., *Anais de Arzila. Crónica inédita do séc. XVI*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e sob a direcção de David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919 (imp.), II, p. 29; 202-203; 232-3. Disponível em: <http://www.archive.org/details/anaisdearzilaacr02rodruoft>. Consultado em 6-06-2011.

<sup>33</sup> Cfr. *Idem*, II, p. 128. Note-se que, entre os xerifes sáidas de Marraquexe e os portugueses, o rei de Fez e Mulei Abraham optam sempre pelos cristãos. Cfr. «Carta de Mulei Abraem ao conde D. João, capitão de Arzila» (9 de Agosto de 1536) (in *Anais de Arzila*, II, p. 281) e o «Tratado de paz entre el-rei de Portugal e o de Fez, pelo tempo de onze anos, sendo procuradores de uma e outra parte o conde do Redondo, capitão de Arzila, e Mulei Abraem», assinado em 8 de Maio de 1538, pouco tempo antes da morte do segundo e da partida do primeiro para Portugal (cfr. *Anais de Arzila*, II, p. 291-296).

<sup>34</sup> Cfr. Farinha, A. D., «Características da presença portuguesa em Marrocos» in *Portugal no Mundo*, I, p. 113-115.

<sup>35</sup> Cfr. *Anais de Arzila*, II, p. 15-16; 39-40; 104-107; 256.

<sup>36</sup> Fl. 298v.

<sup>37</sup> Cfr. «Carta de Sebastião de Vargas a el-rei D. João III», datada de 7 de Outubro de 1539, in *Anais de Arzila*, II, p. 487-488.

vel vitória militar do Conde do Redondo: «O Conde do Redondo com duzentas lanças desbaratou dous mil<sup>38</sup>». Descontada a hipérbole que a tradição épica ditava, parece tratar-se de uma referência objectiva a um feito conhecido de ambos os interlocutores e do público coevo, erigida em exemplo de valentia guerreira. Ora, se nos ficarmos pelo cenário magrebino, teremos de identificar a figura evocada com o segundo Conde do Redondo, D. João Coutinho, capitão de Arzila entre 1514 e 1524 e depois entre 1529 e 1538<sup>39</sup>, o mesmo que combatia, admirando-o, o Mulei Abraham e cujos feitos foram celebrados por Bernardo Rodrigues nos seus *Anais de Arzila*<sup>40</sup>. Curiosamente, embora não relate o feito em si, este autor parece evocá-lo através das palavras que Carlos V, pouco antes de conquistar Tunes aos Turcos, dirige ao Infante D. Luís: «quem nos dera aqui o conde de redondo com suas duzentas lanças<sup>41</sup>». Parece, assim, provável, que esse feito decisivo para a construção do renome de João Coutinho tivesse tido lugar antes de 1535 (data da conquista de Tunes) e talvez fora do contexto das campanhas de Arzila, já que não é narrado pelo seu escrupuloso cronista.

Os dados até agora adiantados parecem sugerir os anos vinte ou trinta como período de composição do *Diálogo Segundo*<sup>42</sup>. Há no entanto uma passagem que, à primeira vista, poderá parecer problemática. Em 1562, o sultão de Marrocos (o chefe sádida que conquistara já todo o Sul de Marrocos) cerca a fortaleza de Mazagão. D. Catarina, que era então regente e defendia o abandono da praça, economicamente inviável, hesita em enviar reforços, mas os cidadãos portugueses, ao que rezam crónicas e documentos coevos, não esperam pela autorização da rainha para enviar auxílio. Gera-se então um grande entusiasmo que leva muitos homens a embarcar rumo à praça ameaçada<sup>43</sup>, num movimento de solidariedade que o levantamento do cerco, três meses depois, vem premiar. Não é impossível que seja este feito dos portugueses que leva o Cavaleiro a

---

<sup>38</sup> Fl. 298v.

<sup>39</sup> «Carta do Conde D. João Coutinho, que fora capitão de Arzila, a el-rei D. João III», in *Anais de Arzila*, II, p. 296.

<sup>40</sup> Veja-se, por exemplo, o recontro de 13 de Setembro de 1532 contra o próprio Mulei Abraham e seus aliados, relatado em tom épico por Bernardo Rodrigues (cfr. *Op. cit.*, II, p. 362-371), ou os frequentes comentários laudatórios do narrador de *Anais de Arzila*.

<sup>41</sup> *Anais de Arzila*, II, p. 273.

<sup>42</sup> Em 1520, Moraes teria cerca de vinte anos. Cfr. Alpalhão, *Op. cit.*, p. 45.

<sup>43</sup> Cfr. Farinha, *Op. cit.*, p. 131 e Cruz, M. A. L., *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 93-94.

afirmar:

se Elrey de Féz poem cerquo a Marzagão, suas leis não o descercão, ainda que sejam sustentadas com alvarás da Relação, verificados por todo o Senado da meza da Suplicação<sup>44</sup>.

Manifestando-se a personagem criada por Moraes a favor dos que combatem pela defesa do reino, esta memória recente ser-lhe-ia particularmente grata<sup>45</sup>. Nesse caso, esta passagem levar-nos-ia a adiantar para os anos 60 a redacção do *Diálogo Segundo*, a menos que o texto tivesse sido composto em dois momentos, eventualmente antes e depois da estadia de Moraes em França e da publicação do *Palmeirim*<sup>46</sup>. Há, no entanto, outro problema: quem pôs cerco a Mazagão em 1562 não foi o rei de Fez, mas o sultão de Marrocos, Mawlay Abd Allah al-Galib, por intermédio de seu filho, Mulei Mahamet<sup>47</sup>. Parece-me mais provável, portanto, que seja um outro episódio o evocado pelo Cavaleiro; um acontecimento secundário se adoptarmos a perspectiva do leitor do séc. XXI, mas que poderia estar ainda vivo na memória do público que frequentava a corte nos anos vinte ou trinta do séc. XVI. Segundo Augusto Ferreira do Amaral, em 1525 «o rei de Fez veio cercar Mazagão, mas sem êxito. António Leite [o capitão da praça] resistiu, mesmo sem ter pedido especial socorro a D. João III<sup>48</sup>». Diga-se a favor desta hipótese que, neste cerco, os portugueses saíram vitoriosos, e, ainda para mais, sem terem de pedir auxílio ao rei, o que reforça a ideia, defendida pelo Cavaleiro, da utilidade dos *bellatores*.

Examinada assim a informação fornecida pelo *Diálogo Segundo* — que, como se viu, entra em contradição com a afirmação do editor do séc. XVII —, creio poder afirmar que este texto terá sido composto antes e não depois da

---

<sup>44</sup> Fl. 298v.

<sup>45</sup> António Dias Farinha sublinha o relevo da vitória portuguesa, «celebrada no próprio Concílio de Trento», aos olhos dos contemporâneos (cfr. *Op. cit.*, p. 131).

<sup>46</sup> O sucesso que o romance lhe granjeara poderia ter motivado a divulgação destes escritos de juventude, aos quais o autor teria acrescentado algumas actualizações, como virá a fazer mais tarde Gil Nunes de Leão no seu manuscrito.

<sup>47</sup> Cfr. Farinha, *Op. cit.*, p. 131 e Cruz, *Op. cit.*, p. 93-94. Note-se, porém, que este monarca já conquistara Fez em 1543, e poderia, eventualmente, ser considerado rei de Fez, embora normalmente este título esteja reservado ao soberano oatácida, o cunhado do já referido Mulei Abrahem e aos seus antecessores.

<sup>48</sup> Amaral, A. F., *Mazagão. A epopeia de Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 231.

redacção do *Palmeirim* e da estadia de Moraes em França, onde ele terá permanecido na companhia de D. Francisco de Noronha em 1540-44 e 1547-48<sup>49</sup>. Também a viagem a Ceuta cujo registo se conserva, realizada já nos anos 50, teria sido posterior à redacção do *Diálogo*, mas nada impede que uma outra viagem, da qual não teriam ficado testemunhos, o tenha conduzido ao Norte de África, a menos que os certamente frequentes e vívidos relatos dos portugueses acabados de regressar do Magrebe lhe tivessem inspirado as pungentes evocações da guerra que constituem o passo mais surpreendente deste diálogo. Por outro lado, no período que vai de 1525 a 1535, Moraes tinha todas as condições para compor este texto que se inspira na vivência da corte, onde se encontrava provavelmente, já que há indicações de que em 1533 seria moço de câmara do Infante D. Duarte, e em 1539 do Cardeal Infante D. Afonso, como o atesta o recibo autógrafa da mercê de 2000 reis que dele se conserva<sup>50</sup>.

Finalmente, se alargarmos a investigação aos restantes diálogos, encontraremos apenas uma referência a uma praça africana, no *Diálogo Primeiro*. Trata-se de mais um dado que parece confirmar a tese que tenho vindo a defender. É que no manuscrito PBA 147, assim como na edição de 1624 e nas que dela dependem, um escudeiro a quem pedem notícias frescas refere: «Correo o Xarife Çafim e matou cem lanças<sup>51</sup>», enquanto no códice 3563<sup>52</sup>, mandado copiar por Gil Nunes de Leão no séc. XVII, Safim é substituído por Tânger, num claro esforço de actualização, já que a primeira destas praças foi abandonada em 1541, enquanto a segunda se conservou em mãos portuguesas até 1661<sup>53</sup>. O *Diálogo Primeiro* seria portanto anterior a 1541.

Assim, tendo em conta todos os argumentos aduzidos, proponho as datas de 1525 (data do cerco de Mazagão pelo rei de Fez) e 1535 (data da conquista de Tunes), respectivamente, como *terminus a quo* e *terminus ad quem* da redacção do *Diálogo Segundo* de Francisco de Moraes, período em que, possivelmente,

<sup>49</sup> Cfr. «Introducción» in *Palmerín de Inglaterra*, edición de Aurelio Vargas Díaz-Toledo, Centro de Estudios Cervantinos, 2006. Disponível em: [http://www.centroestudioscervantinos.es/upload/38\\_introduccion.pdf](http://www.centroestudioscervantinos.es/upload/38_introduccion.pdf). Consultado em 2 de Setembro de 2011.

<sup>50</sup> Cfr. Alpalhão, *Op. cit.*, p. 40 e 45.

<sup>51</sup> PBA, fl. 294r coincide com a edição impressa de 1624 (fl. 1v).

<sup>52</sup> Fl. 47r.

<sup>53</sup> É o que defende Margarida Alpalhão no trabalho, incluído no presente volume, «Em torno da censura da obra de Francisco de Moraes: a propósito do seu “Diálogo Primeiro”», p.477-492.

terá sido também redigido o *Diálogo Primeiro*. Já o *Diálogo Terceiro*, pelas suas características muito diferentes, poderá ter resultado de uma outra iniciativa redaccional.